

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Edição de Paulo

Class.: 02

Data: 27/12/79

Pg.: _____

Cacique é assassinado na Bahia

Da Sucursal e
do Serviço Local

O cacique Ângelo Pereira Xavier foi assassinado ontem às sete da manhã pelo pistoleiro Antônio Lima no Distrito de Brejo dos Burgos, município de Glória (BA). Ângelo era o chefe de 1.200 índios pankararés, cujas terras foram doadas pela Coroa Portuguesa em 1705 mas até hoje não demarcadas pela Funai. Segundo informações do antropólogo Olímpio Serra, dadas em Brasília, os pankararés sofreram perseguições dos líderes políticos das cidades de Paulo Afonso e Nova Glória, Adauto Pereira de Souza e Artur Figueiredo.

A tensão entre os pankararés e as lideranças políticas locais já vêm se acentuando há bastante tempo e a Funai recebeu em outubro um relatório do antropólogo Carlos Alberto Soares, da Universidade Federal da Bahia, onde já estava previsto o recrudescimento da luta entre brancos e índios na região.

Para o antropólogo Olímpio Serra a "inexistência de qualquer auxílio da Funai para estes índios decorre do fato de que os pankararés não oferecem nenhum tipo de exotismo e não são considerados como índios".

Uma das maiores reivindicações do cacique assassinado era a instalação de um posto indígena no local que impedisse a perseguição sofrida pelos índios. Os pankararés, conta Serra, não podiam mais realizar suas festas tradicionais porque a partir do momento em que começavam as danças "a Polícia Militar invadia o terreiro, proibia os índios de dançarem e os espancava".

Ao tomarem conhecimento do assassinato, os antropólogos da UFBA iniciaram contatos com a Polícia Federal para que providencie a retirada do pistoleiro para Salvador "antes que ele seja morto como "queima de arquivo" e a culpa seja colocada em cima dos índios, piorando o clima de hostilidades".

RIXA

A versão da Funai sobre os acontecimentos é de que Ângelo Xavier foi morto por seu primo Antônio Vieira da Silva, com quem o cacique mantinha uma rixa pessoal. As informações, disse o superintendente do órgão, Pedro Paulo Fatorelli, foram dadas à Funai pelo delegado de Polícia da cidade de Paulo Afonso, Antônio Martins, a partir do depoimento do filho do cacique que presenciou a tocaia e o assassinato do chefe indígena.

Segundo Pedro Paulo Fatorelli, já foram tomadas as providências no sentido de capturar o assassino. Disse ele ainda que "a falta de definição das áreas indígenas pode criar problemas deste tipo", e que, no momento, a Funai conta com dezenas de grupos de trabalho que estudam as áreas sem qualquer delimitação.

PROTESTO

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), distribuiu nota lamentando a morte do cacique "que se destacou pela organização da resistência de seu povo contra a titulação ilegal das terras pelo governo da Bahia, à invasão dos latifundiários acobertados pelos políticos locais e toda a sorte de violência que inclui a repressão policial sistemática contra suas manifestações culturais. O assassinato que assistimos é a expressão da violência generalizada em todos os territórios indígenas com a convivência da Funai, por omissão".

Em nota distribuída ontem à noite, a Comissão Pró-Índio de São Paulo condena o assassinato do cacique e responsabiliza a Funai pelo ocorrido, afirmando que "os conflitos envolvendo as terras dos pankararés se exacerbaram a partir de 1975, sem que a 3.ª Delegacia Regional da Funai tivesse jamais assistido ao grupo".

Segundo a Comissão, os conflitos aumentaram depois que a Delegacia Regional do Instituto de Terras da Bahia, sediada em Paulo Afonso, passou a receber "pedidos de titulação de terras por parte de brancos", ao que se opunha o chefe índio assassinado. Diante dos protestos, o Interba se comprometeu a suspender qualquer titulação, desde que houvesse manifestação da Funai. A Comissão Pró-Índio de São Paulo garante que a Funai se omitiu e por isso os litígios continuaram.

"Há dois meses o antropólogo Carlos Alberto Soares, da Universidade Federal da Bahia, advertiu mais uma vez a Funai da iminência de novos conflitos, que poderiam culminar com o assassinato de Ângelo Pereira Xavier", explica a nota da Comissão. "Novamente a Funai não tomou qualquer providência."

Responsabilizando a Funai pelo assassinato de Xavier, a Comissão Pró-Índio de São Paulo diz que os nomes dos mandantes do crime ainda não são conhecidos.